

**Ata da 76ª Reunião Ordinária da
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC
realizada em 10 de outubro de 2013, 5ª feira, no Ministério do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Esplanada dos
Ministérios, Bloco J, 7º andar, sala 707, Brasília. DF.**

1. Membros Participantes

1. Demétrio Florentino de Toledo Filho – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
2. Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC
3. Leíza Dubugras – Casa Civil

2. Outros participantes

1. Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Bruno Marangoni Martinelli – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3. Eduardo Vicente Canina – Ministério do Meio Ambiente
4. Fernando Araldi – Ministério das Cidades
5. Fernando Gabriel Vieira – Ministério dos Transportes
6. Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7. Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
9. Lidia Miranda de Lima – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10. Luis Fernando Badanhann – Ministério de Minas e Energia
11. Marco Antonio P.O. da Silva – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
12. Mario Henrique Rodrigues Mendes – Ministério do Meio Ambiente
13. Renata Espindola Virgílio – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
14. Ricardo M. A. Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
15. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
16. Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
17. Valdir Borges Souza Lima – Ministério de Minas e Energia

3. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 76ª reunião ordinária da CIMGC às 14h25min, dando boas vindas aos participantes e anunciando a presença de integrantes da Consultoria Jurídica do MCTI (Conjur), Dras. Lídia Miranda de Lima e Renata Espindola Virgílio, solicitadas a participar da reunião para esclarecer eventuais dúvidas dos membros a respeito dos seguintes itens da pauta: Situação das novas resoluções da CIMGC e papel da CIMGC no Mecanismo de Transferência de Tecnologia da Convenção sobre Mudança do Clima. Em seguida, sugeriu uma inversão de pauta para que a discussão desses dois itens se desse logo

após a deliberação sobre a ata da 75ª reunião ordinária. A sugestão foi aceita por unanimidade.

4. Aprovação da Ata da 75ª reunião ordinária da CIMGC

Os membros presentes ponderaram que a ata da 75ª reunião da CIMGC somente deveria ser aprovada após manifestação do representante do MRE, o qual não pode comparecer à reunião. Diante desse fato, decidiu-se adiar a decisão sobre este item até a manifestação daquele Ministério.

5. Situação das novas resoluções da CIMGC

5.1. Resolução sobre cancelamento e doação voluntária de RCEs para abater emissões de GEE em eventos no Brasil.

O Secretário Executivo fez um breve histórico da situação atual da proposta de resolução sobre o cancelamento e doação voluntária de RCEs para compensação de emissões de gases de efeito estufa de eventos no Brasil. Relatou que, logo após a aprovação do mérito da proposta, ocorrida durante a 15ª reunião extraordinária da CIMGC, em 11 de julho de 2013, a representante da Casa Civil levantou questionamentos à Secretaria Executiva sobre pontos da resolução proposta e solicitou que a matéria fosse novamente apreciada pela Conjur do MCTI. Uma vez que a proposta havia sido levada à CIMGC pelo Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Executiva também encaminhou os questionamentos ao MMA. Após nova análise, tanto a Conjur do MMA quanto a Conjur do MCTI emitiram pareceres e uma nova redação para a resolução foi proposta, a qual foi distribuída aos membros presentes. A representante da Casa Civil considerou que a nova proposta ainda apresentava inconsistências que poderiam trazer problemas futuros caso fossem mantidas no texto da referida resolução. A representante da Conjur do MCTI colocou-se à disposição para reanalisar o texto da proposta e indagou sobre a possibilidade da Casa Civil esclarecer os pontos de preocupação identificados. Isso posto, a representante da Casa Civil sugeriu a realização de uma reunião presencial entre o MCTI, MMA e a Casa Civil, envolvendo representantes das Consultorias Jurídicas dos referidos órgãos, com o intuito de aprimorar o texto da minuta de Resolução. Todos os presentes concordaram e a Casa Civil ficou responsável pelo agendamento da reunião. Em seguida, foi acordado que o texto final da Resolução será submetido aos membros para aprovação por meio de reunião extraordinária eletrônica. O representante do MME solicitou que as modificações realizadas em decorrência da reunião tripartite sejam explicitadas na minuta de resolução que será encaminhada.

5.2. Resolução sobre licenciamento ambiental como pré-requisito para submissão de projetos MDL à CIMGC

O Secretário Executivo informou que, conforme deliberado na 75ª Reunião Ordinária de 12/08/2013, a minuta da Resolução que trata de licenciamento ambiental foi submetida à Conjur do MCTI. Informou ainda que a Conjur, em seu parecer, chancelou a minuta de Resolução e efetuou no texto original, apenas alguns ajustes de caráter formal em nome da boa técnica jurídico-redacional, que em nada alteraram o seu mérito. Salientou que a versão final apresentada pela Conjur havia sido enviada por meio eletrônico aos membros em 09/10/2013 e perguntou se todos concordavam com o encaminhamento da mesma para a

aprovação do Presidente da Comissão e posterior publicação no Diário Oficial da União. Após pequenas sugestões de correções de redação terem sido aprovadas, a CIMGC concordou com o encaminhamento da resolução para assinatura do ministro do MCTI.

6. Papel da CIMGC no Mecanismo de Transferência de Tecnologia da Convenção sobre Mudança do Clima.

O Secretário Executivo relatou que, em 4 de setembro de 2013, o MCTI foi provocado pelo MRE a se manifestar sobre o eventual interesse em indicar uma unidade administrativa para atuar como Entidade Nacional Designada brasileira para o Centro e Rede de Tecnologia e Clima (CRTC), parte do Mecanismo Tecnológico da CQNUMC. Por isso que o MCTI, por meio da Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC), realizou consulta informal ao MME, MDIC, MAPA e Embrapa, os quais recomendaram, tomando por base o princípio da economicidade, a indicação da CIMGC para atuar como END brasileira, uma vez que a Comissão já atua como Autoridade Nacional Designada para aprovação de projetos no âmbito do MDL. O Secretário Executivo concluiu o relato informando que, diante da sugestão recebida, a CGMC fez uma consulta prévia à Conjur do MCTI, a qual não apresentou óbices à possível indicação da CIMGC. Assim sendo, o Secretário Executivo apresentou aos membros a proposta de indicação pelo MCTI da CIMGC como Entidade Nacional Designada para o CRTC. No entanto, os membros presentes consideraram que a tomada de decisão deveria ser respaldada por mais informações e solicitaram que o MCTI encaminhasse uma nota técnica contendo detalhes sobre as atribuições da END, as justificativas para a indicação da CIMGC, as experiências de países que já haviam indicado sua END, o documento orientador elaborado pelo PNUMA, e os endereços eletrônicos onde o assunto é apresentado. A representante da Casa Civil solicitou que o MRE fosse questionado sobre os eventuais prejuízos causados pela não indicação da END brasileira até a próxima Conferência das Partes (COP-19) da CQNUMC, agendada para o período de 11 a 22 de novembro em Varsóvia, na Polônia. Os membros ainda levantaram a possibilidade do Brasil indicar provisoriamente uma unidade administrativa, que poderia ser o próprio MCTI, para a fase de discussão e definição de normas e procedimentos da END e que, posteriormente, quando melhor definidas as atribuições da END, seria indicada aquela que assumiria definitivamente tal papel. O MCTI assumiu a responsabilidade de consultar o MRE. A CIMGC decidiu que o assunto deveria ser retomado para deliberação em reunião extraordinária a ser marcada 10 dias após a circulação das informações solicitadas.

7. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC:

7.1. 442/2013 – PCH Paracambi Projeto MDL (JUN 1064), Brasil (Of. 804/2013 de 19/06/2013, com resposta em 06/08/2013).

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **PCH Paracambi Projeto MDL (JUN 1064), Brasil** e deliberou pela **aprovação com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

A) No Documento de Concepção do Projeto, apresentar o *link* correto da referência do Prêmio de Risco Global fornecido pelo Prof. Aswath Damodaran (nota de rodapé nº 7, página 12 do DCP) uma vez que o apresentado diverge daquele do *Project Design Document*.

B) Em relação ao *Validation Report*:

- a) Revisar e corrigir os erros de pontuação de separação de casas decimais ou de milhares encontrados, por exemplo, nas páginas 18, 20, 22, 27 e 30.
 - b) Corrigir as unidades dos parâmetros apresentados na tabela da página 30, uma vez que os valores são apresentados em dólar americano.
- C) Apresentar a cotação utilizada para converter os valores em Reais apresentados no DCP para Dólares Americanos.

7.2. 443/2013 – PCHs Coronel Araújo e Passo Ferraz Projeto MDL (JUN1059), Brasil (Of. 803/2013 de 19/06/2013, com resposta em 05/09/2013).

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **PCHs Coronel Araújo e Passo Ferraz Projeto MDL (JUN 1059), Brasil** e deliberou pela **aprovação**. Nesse momento, o representante do MME interveio e solicitou maior atenção da Secretaria Executiva da CIMGC na elaboração dos ofícios que encaminham aos proponentes as deliberações da Comissão a respeito das propostas examinadas, isso porque uma ressalva apresentada pelo MME não havia sido incluída no ofício encaminhado ao proponente desse projeto. Todavia, para não prejudicar o proponente, ele posicionou-se favorável à aprovação da atividade de projeto. A representante do MMA lembrou que a Comissão já havia deliberado sobre o encaminhamento prévio de minutas dos ofícios elaboradas pela Secretaria Executiva da CIMGC aos membros que haviam apresentado exigências a serem cumpridas pelos proponentes. Esses membros verificariam e, se necessário, corrigiriam os documentos antes de sua formalização e envio aos proponentes de projeto. A Secretaria Executiva assumiu o compromisso de retomar o procedimento anteriormente adotado.

8. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 12 de agosto de 2013:

8.1. 447/2013 – Melhoria do processo de eficiência energética através da substituição do processo de pintura automotiva – Recebido em 11/07/2013.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **Melhoria do processo de eficiência energética através da substituição do processo de pintura automotiva** e deliberou pela **revisão** para atender às seguintes exigências:

- A) A versão 2.2 da Ferramenta usada para calcular o fator de emissão de um sistema elétrico está vencida. A versão mais recente é a 03.0.0 (válida desde 23 de novembro de 2012) e esta não altera a forma de cálculo dos fatores de emissão já disponibilizados pela AND brasileira. Solicita-se correção. A informação da nova versão (3.0.0) já está inserida na página do MCTI na qual os fatores de emissão são disponibilizados.
- B) A versão da metodologia “AMS-II.D.: Energy efficiency and fuel switching measures for industrial facilities” foi atualizada para versão 13.0 a partir de 04 de outubro de 2013. Por isso, é importante que o proponente fique atento ao prazo máximo para solicitação de registro utilizando a versão 12.0 empregada no projeto, 04 de junho de 2014, conforme informação disponibilizada em:

Q

- C) Os fatores de emissão da margem de operação, disponibilizados pela AND brasileira, são calculados de acordo com a ferramenta metodológica “Tool to calculate the emission factor for an electricity system, versions 1, 1.1, 2, 2.1.0, 2.2.0, 2.2.1 and 03.0.0”, pelo método de análise dos dados de despacho (passo 3 desta ferramenta). Este método exige que a frequência de monitoramento seja horária, caso os dados horários sejam disponibilizados. Esclarecer o fato de não constar no PDD/DCP a informação explícita de que a frequência de monitoramento será horária.
- D) Verificar em todo o conteúdo do DCP, para que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Há trechos onde esta regra não foi aplicada, por exemplo, nas páginas 1, 7 e 32, dentre outras.
- E) Fazer uma revisão completa do DCP, uma vez que foram verificados trechos não traduzidos, como por exemplo: Steel work of the car body (p.6) e nota de rodapé nº 7 (p.32), dentre outros; traduções incoerentes com o texto em inglês; e trechos incompreensíveis, tais como: “...ele será limitado a esta valor (um0 para ex-ante” encontrado na página 30, penúltima e última linhas do 2º parágrafo, item B.6.3.
- F) A tradução da página 52 do PDD não consta no DCP. Esta deve ser traduzida e inserida no respectivo documento.
- G) Enviar à CIMGC (meio impresso e eletrônico) os anexos 2, 3, 4, 5 e 6 citados nas páginas 54 do DCP (versão em português) e 51 do PDD (versão em inglês).
- H) O título da atividade de projeto informado no DCP (Melhoria do processo de eficiência energética através da substituição do processo de pintura automotiva) difere daquele informado no Relatório de Validação (Melhoria da eficiência energética através da substituição do processo de recobrimento automotivo). Solicitam-se as devidas correções.
- I) Na página 2 do PDD e do DCP consta que o novo processo de pintura tem capacidade para 250 carros por dia, enquanto que na página 44 a informação é 1300 carros/dia. Na página 8 do Validation Report/Relatório de Validação consta 1300 carros/dia. Solicitam-se as devidas correções.
- J) A informação de que o envio das cartas-convite ocorreu em 02/02/2012 (PDD página 47 e DCP página 51) não condiz com o histórico de rastreamento dos correios, que informa data de postagem em 19/03/2012.
- K) Substituir, ao longo do texto do DCP e do Relatório de Validação:
 - “Fator de Emissão da margem operacional” por “Fator de Emissão da Margem de Operação”.
 - “Ferramenta para calcular o fator de emissão de um sistema energético” por “Ferramenta para calcular o fator de emissão de um sistema elétrico”.
 - “Convenção do Quadro das Nações Unidas em Mudanças Climáticas” por “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
- L) Incluir no *Validation Report* e no Relatório de Validação (item 6 – Opinião de Validação) a informação referente ao número da versão e a data do PDD que está sendo validado.
- M) O parágrafo transcrito abaixo, que se encontra na página 2 do Anexo III, apresenta informações incoerentes com aquelas encontradas no PDD e no *Validation Report*. Solicitam-se as devidas correções.

- N) “Com operações previstas para terem início em janeiro de 2013, a nova Pintura da fábrica de Taubaté permitirá o aumento da capacidade produtiva da unidade em 250 veículos por dia, com a utilização plena das instalações”.
- O) Considerando que o envio das cartas-convite a comentários não atendeu a antecedência mínima de 15 dias do início do processo de validação, e que as mesmas foram enviadas aos atores interessados sem o serviço de aviso de recebimento, conforme determinam o caput e o § 1º do art. 3º, da Resolução nº 7 da CIMGC, deve-se realizar reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada no seguinte link:
- P) (http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Developmento_Limpo.html).
- Q) A data de envio das cartas-convite, informada nas páginas 47 do PDD e 51 do DCP (02/02/2012), difere daquela informada no histórico de rastreamento de correspondência apresentado pelo proponente à Comissão. Solicitam-se correções.
- R) Corrigir o Anexo III, a fim de que este reflita as atividades previstas no DCP e esclareça como o projeto contribui de fato para a geração líquida de empregos, uma vez que a operação é 100% mecanizada e não há previsão de realização de obras; para o desenvolvimento tecnológico; para a integração regional e articulação com outros setores.

8.2. 448/2013 – Projeto da Hidrelétrica de Inxú – Recebido em 02/08/2013.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **Projeto da Hidrelétrica de Inxú** e deliberou pela **revisão** para atender às seguintes exigências:

A) No PDD e/ou DCP:

- Na página 13 do PDD o valor em reais não está claro “R \$ 94,560,000,”.
- Verificar em todo o conteúdo do DCP, para que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Há trechos onde esta regra não foi aplicada, como por exemplo, na tabela 2 das páginas 9 e 10 e tabela 5 da página 11, entre outros.
- Na página 16 do DCP o trecho “(10.3 MW, 30.9 MW)” deve corresponder ao indicado no PDD.
- Na página 18 do PDD o trecho “Environmental Instalation License” não deve estar marcado, mas sim na cor preta e sem estar sublinhado.
- Na página 29 do PDD e do DCP é mencionado que as cartas convites foram enviadas dia 14 de junho. Isto não condiz com os avisos de recebimentos e com o descrito no *Validation Report* e Relatório de validação. Esclarecer e fazer as devidas correções.
- Solicita-se substituir, em todo o texto, “fator de emissão da margem construída” por “fator de emissão da margem de construção” e “fator de emissão da margem operacional” por “fator de emissão da margem de operação”.

B) O DCP informa que a data de início de operação da Usina Hidrelétrica de Inxú é 01/06/2014, mesma data do início do período de creditação. Informa-se, porém, que

2013 e 2014 estão incluídos no período de obtenção de créditos (total de 7 anos). Solicita-se explicação ou retificação do DCP/PDD.

C) Relatório de Validação e Validation Report:

- Na página 22 do *Validadion Report*, o seguinte parágrafo não foi traduzido corretamente: “However, it is confirmed by PJRCES that the baseline identified in the final version of the PDD is correctly identified following the conditions and requirements of the applied baseline methodology”.
- Na página 32 do *Validation Report* o valor de custo de investimento de \$94,560,000.20 não foi traduzido corretamente.
- Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no relatório de validação de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Há vários trechos onde a numeração não foi respeitada, por exemplo, na tabela da página e no item Custos de investimento na página 32.
- No Relatório de Validação e no *Validation Report* a CAR 10 está aberta – relativa à carta de aprovação da AND. Segundo a página 23 do “Manual para Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL” no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente. O fato de a Carta de Aprovação só ser emitida pelo Governo Brasileiro após a Validação não deve constar como uma pendência no Relatório de Validação, devendo esta questão ser esclarecida no Relatório de Validação com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive a confirmação de que o Projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável”. Readequar ambos os documentos.
- Solicita-se substituir, em todo o texto do Relatório de Validação, “fator de emissão da margem construída” por “fator de emissão da margem de construção” e “fator de emissão da margem operacional” por “fator de emissão da margem de operação”.

D) Considerando não terem sido enviadas cartas-convite à comentários para todos os atores especificados no art. 3º da Resolução 7 da CIMGC (no caso específico: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Maringá e associações comunitárias cuja finalidade guarde relação direta ou indireta com a atividade de projeto, tais como Associação Comercial e Industrial - Aceinma em Nova Maringá; Cooperativa de Produção dos Pequenos Produtores de Nova Maringá; e Associação das Indústrias Madeireiras de Nova Maringá). Considerando, ainda, não ter sido cumprido o prazo mínimo de 15 dias antes do início do processo de validação para o envio das cartas-convite (§ 1º, art. 3º, da Resolução 7 da CIMGC), deve-se realizar reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada no seguinte link:

(http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Internministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Deenvolvimento_Limpo.html).

E) Enviar documentação comprovando que o senhor Fabio Paulino Garcia continua sendo Diretor da Empresa. De acordo com o art. 14º da ata de assembleia geral de constituição da Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S/A, de 6 de

outubro de 2010, os diretores eleitos naquela Assembleia Geral teriam dois anos de mandato, portanto, até 6 de outubro de 2012.

- F) Enviar o Parecer Técnico 70850/CEE/SUIMIS/2013 para verificação das condições gerais da licença (conforme está descrito na licença de instalação nº 61903).

8.3. 449/2013 – PCHs Karl e Helena – Recebido em 02/08/2013.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **Hydro Kuhlemann Geração e Fi Bra Geração: Conexão de energia renovável à rede através das PCHs Karl Kuhlemann e Helena Kuhlemann** e deliberou pela revisão para atender às seguintes exigências:

- A) Revisar o plano de monitoramento, item *B. 7.3. (2) Coleta de Dados* do PDD/DCP para que fique claro que o cálculo do fator de emissão de CO₂ da margem de operação (EF_{grid,OM,y}) médio anual seja realizado a partir dos dados horários dos fatores disponibilizados pela AND brasileira no website <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/74689.html>. Como esses dados são disponibilizados, a Ferramenta para calcular o fator de emissão para o sistema elétrico, versão 3.0.0 (parágrafo 61), exige sua utilização no cálculo desse parâmetro.
- B) Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no Relatório de Validação de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal, como, por exemplo, nos itens g da parte 1 e A.1.1 da parte 2 da tabela 1 do apêndice A na página 31.
- C) Os mandatos da Sra. Monalisa Loureiro Braga Lourençoni como sócia administradora nas empresas Fi Bra geração LTDA e Hydro Kuhleman Geração LTDA terminaram em 17 de junho de 2012. Há a necessidade de enviar documento que comprove que a Sra. Monalisa Lourençoni continua sendo a sócia administradora de ambas as empresas.
- D) Esclarecer a discrepância entre a capacidade instalada da PCH Karl Kuhlemann declarada no DCP (2,19 MW) e a autorizada pela ANEEL na Resolução Autorizativa nº 2.585, de 26 de outubro de 2010 (1,75 MW).
- E) Esclarecer a discrepância entre a capacidade instalada da PCH Helena Kuhlemann declarada no DCP (2,14 MW) e a autorizada pela ANEEL na Resolução Autorizativa nº 2.581, de 19 de outubro de 2010 (1,75 MW).

8.4. 450/2013 – PCH Bugres CEEE – Recebido em 05/08/2013.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **Pequena Central Hidrelétrica Bugres CEEE** e deliberou pela **revisão** para atender às seguintes exigências:

- A) Em relação ao DCP:

1) Revisar e corrigir trechos que diferem daqueles apresentados no PDD, por exemplo:

- Tabela 2 página 9: conteúdo da janela Fonte e Geração Anual Adicional (MWh/ano);
- Página 21: item (c) que se refere à taxa de risco de crédito;

- O texto “Para demonstrar a adicionalidade do projeto de um modo transparente e conservativo, a análise de fluxo de caixa foi realizada para a atividade de projeto da PCH Bugres, página 22
- Tabela 19, página 34: as duas últimas linhas não constam no PDD;
- O texto “As emissões de GEE derivadas da PCH Bugres são iguais a zero, uma vez que a atividade de projeto não possui consumo de combustíveis fósseis ($PEFF,y = 0$) e não considera a operação de usinas geotermiais ($PEGP,y = 0$)”, página 36.
- O texto “A geração de energia em projetos de fontes renováveis pode variar significativamente de ano a ano, devido a variações naturais quanto a disponibilidade do recurso renovável (e.g. regime de chuvas, velocidade do vento ou nível de radiação solar)”, página 37.
- Página 52: diferença de valor de um dos componentes utilizados para o cálculo do fator de emissão $EF_{grid,OM,y}$ (0,056); e
- Página 69: resposta ao comentário número 12.
- Traduzir para o português o conteúdo do cabeçalho da Tabela 11, página 22; e
- Corrigir o erro na digitação do valor da CMPC, página 23, no seguinte trecho:
A TIR (Taxa Interna de Retorno) do projeto sem os benefícios do MDL é menor do que o CMPC do período. Portanto, a PCH Bugres não é a alternativa financeira mais atrativa, já que sua TIR é 7,23%, menor do que o benchmark CMPC de 10.26%.

B) Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report*:

1. Revisar e corrigir trechos do Relatório de Validação que diferem daqueles apresentados no *Validation Report*, por exemplo:
 - Página 15, item 11, Análise da equipe de validação: nome da parte interessada que submeteu comentários sobre o projeto na fase de Consulta Global;
 - Página 18: a tradução da opinião da EOD referente ao item 4.2 *Autorização* não confere com aquela do *Validation Report*, no qual a AND ainda deverá aprovar a participação dos proponentes do projeto por meio da emissão de Carta de Aprovação;
 - Página 42, *Parâmetros Determinados Ex-Post*: há diferença do valor do Parâmetro C_{ppj} aplicado no DCP;
 - Página 45: a tradução do último período do terceiro parágrafo do item 5. Opinião de Validação não confere com aquela do *Validation Report*, no qual a AND ainda deverá aprovar confirmar que o projeto auxilia o desenvolvimento sustentável;
 - Página 102: comentários da equipe de validação aos procedimentos b) e c) definidos em B.13.1. Para atividades de projeto que se enquadram no parágrafo 6 da ferramenta metodológica “Demonstração e análise da adicionalidade”, versão 07.0.0.; e
 - Página 105: comentários da equipe de validação ao item B.14.6. *A descrição dos parâmetros monitorados incluem os meios de monitoramento de todos os parâmetros contidos no plano de monitoramento de acordo com os requerimentos da metodologia aplicada?*

- Revisar as informações disponibilizadas nos seguintes trechos do Relatório de Validação/*Validation Report*:
- 2) Página 22, item 9 da Tabela *Aplicabilidade da metodologia selecionada ACM0002 versão 13.0.0*: a análise da equipe de validação contém a afirmação de que a rede é limitada à região sul do Brasil, entretanto, a atividade de projeto estará interligada ao SIN e, portanto, estará limitada a todo o território nacional.
 - 3) Página 28, na tabela de resumo das evidências, a EOD afirma que a comunicação com a AND Brasileira pode ser verificada no Portal do MCTI, no endereço http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/57965/Atividades_de_Projetos_MDL_submetidos_a_Comissao_Interministerial_no_ambito_do_Mecanismo_de_Developmento_Limpo.html. Entretanto, a AND Brasileira não disponibiliza em seu site informações sobre as comunicações prévias recebidas.
 - 4) Página 40: o valor do item DATE_{BaselineRetrofit} da tabela que difere daquele apresentado no *Validation Report*; e
 - 5) Na Página 43, segundo parágrafo do item 4.8 *Impactos Ambientais*, a EOD afirma erroneamente que a aprovação deste estudo é dada com a emissão das licenças ambientais (Licença Preliminar – LP; Licença de Instalação – LI; e Licença de Operação – LO), que no caso deste projeto são emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Entretanto, o órgão responsável pela emissão das licenças ambientais apresentadas foi a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), RS.
 - 6) Revisar a tradução do termo *diversion* que foi equivocadamente traduzido como diversão na página 50 do Relatório de Validação.
 - 7) Corrigir as páginas 58 do Relatório de Validação e 57 e 104 do *Validation Report* que apresentam a expressão **Erro! Fonte de referência não encontrada**.
 - 8) Revisar os dados apresentados nos meios de validação para o requerimento b. Os PP aplicaram alguma taxa de risco prêmio quando calculando o benchmark?, página 90 das duas versões, uma vez que os apresentados divergem daqueles da Sub-etapa 2c: Cálculo e comparação de indicadores financeiros da análise financeira do DCP.
 - 9) Revisar as Solicitações de Ação Corretiva descritas nas tabelas Checklist de Validação e Questões de Validação, uma vez que elas apresentam divergências, por exemplo:
 - a) O conteúdo da CAR 4 citada nas páginas 90-93 não corresponde àquele descrito na página 112;
 - b) O mesmo ocorre com a CAR 1 citada na página 104 que difere daquela descrita na página 110; e
 - c) Na página 125 do *Validation Report* a CAR 26 é inexistente e a CAR 28 está repetida.
 - 10) Revisar a tradução do termo India utilizado na página 107 do Relatório de Validação.
 - 11) Segundo a página 23 do “Manual para submissão de atividades de Projeto no âmbito do MDL”, no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente. O fato da Carta de Aprovação só ser emitida pelo Governo Brasileiro após a validação não deve constar como uma pendência no Relatório de Validação, devendo esta questão ser esclarecida no Relatório de Validação com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a

aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive que o projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável. Corrigir os dados relativos à CAR 3 em ambos os documentos *Validation Report* e Relatório de Validação. A falta da LoA está referida como CAR 1 na página 18 de ambos os documentos, enquanto que no *checklist* de validação está como CAR 3. Corrigir.

12) Esclarecer o porquê de algumas CARs não aparecerem no checklist de validação (Tabela 2). Proceder as correções, se for o caso. O mesmo procedimento deve ser considerado no Validation Report.

13) Esclarecer o fato dos textos referentes às CARs 15 a 32 e CLs 2 e 3 constantes na janela *Resumo das respostas dos participantes do projeto* da Tabela 3 *Resolução de questões identificadas na Tabela 2 do Checklist de Validação*, página 117 em diante, mencionarem uma segunda resposta do PP em 12/03/2013 sem que a tabela traga informações sobre a primeira resposta do PP.

C) Esclarecer a divergência observada quanto a localização do empreendimento encontrada nas Licenças expedidas e aquela informada no Anexo III e no DCP. Os documentos citados devem ser revisados e devem apresentar informações coincidentes.

D) Esclarecer a diferença observada entre a capacidade instalada total da atividade de projeto, 24,12 MW, e àquela a qual a Licença de Instalação Nº 230/2010 faz referência, 19,2 MW.

E) Esclarecer a discrepância entre a nova capacidade instalada (após a expansão) da PCH Bugres declarada no DCP (24,12 MW) e na Resolução ANEEL N.397, DE 12 DE AGOSTO 2003 (19,20 MW).

F) Esclarecer a discrepância entre a área alagada pelos reservatórios da PCH Bugres (Salto, Divisa e Blang) no DCP (área total 10,90 Km²) e nos registros da ANEEL (14,87 km², processo ANEEL 48500.004615/2007-85).

8.5. 451/2013 - PCH Ernestina CEEE - Recebido em 05/08/2013.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua 76ª reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, analisou a atividade de projeto **Pequena Central Hidrelétrica Ernestina CEEE** e deliberou pela **revisão** para atender às seguintes exigências:

A) O texto do DCP deve ser totalmente revisto, pois:

- há trechos em que a tradução está confusa, como por exemplo, “Esta opção cumpre a legislação Brasileira e não é prevenida por nenhuma barreira técnica” (página 18), “...usinas conectadas à rede que efetivamente despacham na margem durante cada hora ...” (p.48), dentre vários outros;
- verificou-se tradução incorreta de termos técnicos ao longo de todo o documento, tais como “margem combinada do fator de emissão”, “margem de construção do fator de emissão”, “margem de operação do fator de emissão”, “análise dos dados despachados”, “eletricidade despachada pelo projeto”, dentre outros;
- siglas incorretas, tais como NOS para Operador Nacional do Sistema;
- uso de ponto ao invés de vírgula na separação de decimais (página 54).

- A numeração das tabelas no PDD não segue uma ordem lógica e difere completamente da numeração das tabelas verificada no DCP, cuja numeração também não está correta, pois falta a tabela 6 na sequência. Ao ordenar a numeração das tabelas, deve-se verificar a concordância do número das mesmas com aqueles citados no texto de ambos os documentos.
- A tabela 15 referenciada no texto da p.44 do DCP não tem relação com as informações contidas no referido texto.
- A versão em português do relatório de validação informa, na página 1, que o referido relatório foi aprovado por Bilal Anwar em 18 July 2013, enquanto que na versão em inglês a data informada é 17 July 2013.

B) O texto do Relatório de Validação deve ser totalmente revisto, pois:

- há trechos em que a tradução está confusa, como por exemplo: “A EOD não deverá entreter este projeto se for descoberto que o DPR/FR foi adulterado em algum momento”, “Os PP consideraram as receitas do MDL enquanto planejando o projeto?”, “Então como os bancos ou credores consideraram as receitas do MDL enquanto aceitando financiar o projeto?” (página 13), “Os custos totais do projeto mencionados pelos PP são serão ...” (p. 14), “...tal financiamento não resulta na diversão da assistência oficial para o desenvolvimento ...” (p.50), dentre vários outros;
- há trechos em que a tradução está incorreta, como por exemplo, dentre outros: “A PJRCES também verificou a consistência das informações entre o DCP/72/, a Carta de Aprovação (LoA)/46/ e as ...” (p.19). No Validation Report, página 26, o tempo verbal desta informação está no futuro “PJRCES also will check the consistency of information between the PDD /72/, Letter of Approval (LoA) /46/ and the ...”, até por que, a carta de aprovação do governo brasileiro ainda não foi emitida pela AND;
- há tradução incorreta de termos técnicos ao longo de todo o documento, tais como “margem combinada do fator de emissão”, “margem de construção do fator de emissão”, “margem de operação do fator de emissão”, “análise dos dados despachados”, “eletricidade despachada pelo projeto”, dentre outros.
- a tradução do item 3.3 (Detalhes das ações tomadas em consideração aos comentários) não corresponde ao texto do *Validation Report*.
- por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Por exemplo, no item c fugas na página 27.

C) Esclarecer o porquê de algumas CARs descritas na Tabela 3 (p.113) não aparecerem no checklist de validação (Tabela 2 – p.53). Proceder as correções, se for o caso. O mesmo procedimento deve ser considerado no *Validation Report*.

D) Esclarecer o fato dos textos referentes às CARs 15 a 32 e CLs 2 e 3 constantes na janela *Resumo das respostas dos participantes do projeto* da Tabela 3 *Resolução de questões identificadas na Tabela 2 do Checklist de Validação*, página 117 em diante, mencionarem uma segunda resposta do PP em 12/03/2013 sem que a tabela traga informações sobre a primeira resposta do PP.

E) As Solicitações de Esclarecimento (CL, da sigla em inglês) “CL04 e CL05 no Relatório de Validação (p. 133) e CL 05 no Validation Report (p. 136)”, foram encerradas como sendo Solicitação de Ação Corretiva (CAR). Deve-se substituir CAR por CL.

- F) O fato de a Carta de Aprovação só ser emitida pelo Governo Brasileiro após a Validação não deve constar como uma pendência no Relatório de Validação, conforme observado nas páginas 47 (“LoA do Brasil DD MMM YYYY”) e 54 (“LoA from Brazil DD MMM YYYY”) do Relatório de Validação e do *Validation report*, respectivamente. Esta questão deve ser esclarecida no Relatório de Validação com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive a confirmação de que o projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável”. Esta mesma frase deve ser apresentada em inglês no *Validation Report*.
- G) A pendência da Carta de Aprovação também é citada na página 115 do Relatório de Validação e 117 do *Validation Report* e, por esse motivo, a Solicitação de Ação Corretiva nº 4 (CAR 4, da sigla em inglês) permanece aberta. Considerando que no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente, conforme o art. 3º, Inciso III, da Resolução nº 1 da CIMGC, solicita-se a devida correção.
- H) Na Página 43 do Relatório de Validação e 49 do *Validation Report*, segundo parágrafo do item 4.8 *Impactos Ambientais*, a EOD afirma erroneamente que a aprovação deste estudo é dada com a emissão das licenças ambientais (Licença Preliminar – LP; Licença de Instalação – LI; e Licença de Operação – LO), que no caso deste projeto são emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Entretanto, o órgão responsável pela emissão das licenças ambientais apresentadas foi a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), RS.
- I) Na página 58 do Relatório de Validação e 64 do *Validation Report* há a expressão **Erro! Fonte de referência não encontrada** que deve ser corrigida.
- J) No Anexo III, Introdução: “*No Brasil, a história da otimização da geração hidrelétrica é pequena e recente. As primeiras atitudes neste sentido deveram-se à perspectiva de carência de energia elétrica e do crescente receio do seu racionamento, de acordo com previsões de 1995. A antecedência das previsões, no entanto, não foi suficiente para evitar tais efeitos*” - sugere-se reescrever ou suprimir o trecho, tendo em vista que os processos de otimização da geração hidrelétrica remontam a décadas de experiências de operação do Sistema Interligado Nacional, o que não condiz com o supracitada afirmação que o processo de otimização se deu recentemente e a partir de 1995.
- K) Informar os atos autorizativos dos órgãos competentes do setor elétrico que consideram o potencial adição de 9,6MW à PCH Ernestina e/ou esclarecer o atual estágio de registro da ampliação de potencia na ANEEL.

Ao final da deliberação sobre os projetos submetidos, a Secretaria Executiva observou que algumas EODs têm apresentado Relatórios de Validação de baixa qualidade e que estas são favorecidas quando seus Relatórios de Validação corrigidos pela CIMGC são finalmente apresentados ao Conselho Executivo do MDL, órgão responsável pelo credenciamento e avaliação de desempenho das EODs. Após discussão sobre o assunto, os membros concluíram que a CIMGC deverá fazer uma comunicação ao EB sobre a qualidade dos documentos recebidos, a Representante da Casa Civil sugeriu ainda que o contato com o EB fosse feito por escrito e não informalmente. O Secretário Executivo se comprometeu a contatar o EB durante

o Fórum de ANDs para se informar sobre os procedimentos necessários para que tal comunicação seja realizada.

9. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:

- 9.1. 452/2013 – Projeto das Usinas Eólicas Eurús II e Renascença V MDL – Recebido em 08/08/2013.
- 9.2. 453/2013 – Projeto da Usina Eólica Casa Nova – Recebido em 27/08/2013.
- 9.3. 454/2013 – Projeto MDL das PCHs Tambaú, das Pedras e Rio do Sapo (JUN1132), Brasil – Recebido em 13/09/2013.
- 9.4. 455/2013 – Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil – Recebido em 13/09/2013.
- 9.5. 456/2013 – Projeto Energio de usinas de energia eólica – Recebido em 01/10/2013.
- 9.6. 457/2013 – Programa ALUPAR de energia renovável – Recebido em 01/10/2013.

10. Solicitações do Serviço de Informação ao Cidadão e desdobramentos.

O Secretario Executivo da CIMGC informou que recebeu solicitação encaminhada pelo Serviço de Informação ao Cidadão do MCTI, para elaboração de resposta aos questionamentos feitos pela *International Rivers Network* nos termos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e do Decreto nº 7.724. Esclareceu que a referida legislação estabelece o prazo máximo de 20 (vinte) dias para atendimento, contados da data do Pedido de Informação e lembrou que a não observância das disposições da lei constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público. Em seguida, listou as quatro solicitações feitas pela organização, quais sejam: a) a disponibilização dos pareceres técnicos produzidos pelo MCTI e/ou outros integrantes da CIMGC para subsidiar a tomada de decisão sobre os pedidos de aprovação das atividades de projeto do MDL UHEs Santo Antonio, Jirau e Teles Pires; b) a disponibilização da manifestação da CIMGC que explicita os argumentos que embasaram as decisões tomadas a respeito das UHEs Santo Antonio, Jirau e Teles Pires; c) a resposta formal do MCTI à carta enviada ao Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima em 12 de junho de 2012 (cuja cópia foi encaminhada anexa); e d) o esclarecimento sobre como o conteúdo da carta acima citada, bem como os conteúdos inseridos no site da UNFCCC sobre os projetos, foram considerados, ou não, na análise da CIMGC a respeito dos pedidos de aprovação destes projetos. O Secretário Executivo informou que a resposta ao pleito foi elaborada em conjunto pela Secretaria Executiva da CIMGC, Conjuro do MCTI, Assessoria Especial de Controle Interno e Assessoria de Gestão do Serviço de Informação ao Cidadão desse Ministério, e continha as seguintes informações: a) em relação aos dois primeiros itens da solicitação foram encaminhadas cópias digitalizadas dos documentos solicitados, contendo tarjas que resguardaram os dados pessoais neles citados, além disso foi informado que o MCTI não detém a guarda dos pareceres produzidos por outros integrantes da Comissão; b) em relação aos dois últimos itens da solicitação, não foram encontrados registros de entrada no MCTI da carta datada de junho de 2012, por esse motivo, foi solicitada informações sobre o protocolo de entrega da correspondência para que a mesma possa ser localizada e para que fossem verificados os encaminhamentos dados; por fim, c) em relação ainda à solicitação de resposta formal à carta enviada, foi informado que este item não se enquadra na Lei de Acesso à Informação, uma vez que a referida lei garante e disciplina o acesso a documentos e informações produzidos ou sob a guarda da Administração, nada dispondo sobre a obrigatoriedade desta se manifestar em resposta a determinado expediente que lhe tenha sido

encaminhado. O Secretário Executivo informou durante o assessoramento para a elaboração da resposta, tanto a Conjur quanto a Assessoria Especial de Controle Interno do MCTI advertiram a Secretaria Executiva sobre a necessidade de que todos os documentos emitidos sobre cada atividade de projeto sejam incluídos em seus respectivos processos, por exemplo, pareceres emitidos e assinados pelos membros que embasaram as decisões da CIMGC e cópias dos ofícios encaminhados aos proponentes contendo as decisões da Comissão. Finalmente, o Secretário Executivo informou que a formalização do processo de tomada de decisão da CIMGC está sendo discutida no âmbito do MCTI, o que levantou o questionamento sobre a necessidade da assinatura dos participantes nas atas das reuniões.

11. Proposta de calendário de reuniões para 2014.

O Secretário Executivo apresentou a proposta de calendário das reuniões ordinárias para 2014, a qual foi enviada aos membros antes dessa reunião. Solicitou a todos que verificassem a conveniência das datas propostas para possibilitar a definição final do referido calendário na próxima reunião ordinária da Comissão, agendada para 09 de agosto.

12. Procedimentos para emissão de nova carta de aprovação.

O Secretário Executivo da CIMGC relatou que a Comissão havia recebido solicitações de esclarecimentos sobre os procedimentos necessários para o requerimento de nova carta de aprovação. Para responder à demanda, o Secretário Executivo sugeriu a adoção do seguinte processo: o proponente encaminha a solicitação de nova carta, contendo as justificativas e a descrição das alterações efetuadas no documento de concepção de projeto após o recebimento da carta de aprovação, bem como envia os documentos modificados em formato eletrônico e físico. Em seguida, a Secretaria Executiva avalia se houve alterações substanciais no projeto, o que implicará em nova submissão para deliberação da CIMGC. Caso contrário, a Secretaria Executiva analisa as alterações realizadas e, se aprovadas, providencia a nova carta de aprovação junto ao Presidente da Comissão. A proposta foi aprovada por unanimidade.

13. Fatores de Emissão disponibilizados pela AND brasileira para projetos MDL

O Secretário Executivo comunicou que recebeu de proponentes de projeto MDL a solicitação da disponibilização de novos fatores de emissão que, segundo eles, viabilizariam a proposição de atividades de projeto cuja contabilização horária de consumo/geração de eletricidade não são possíveis pelo método de análise de despacho, tais como projetos de eficiência energética. Informou que um dos projetos analisados nessa reunião, intitulado “Melhoria do processo de eficiência energética através da substituição do processo de pintura automotiva” pode estar enquadrado nesta situação e, por esse motivo, a equipe técnica do MCTI considerou prudente solicitar ao proponente, esclarecimentos sobre o plano de monitoramento informado no Documento de Concepção do Projeto. Considerando a possibilidade do projeto em questão não permitir a contabilização horária de consumo/geração de eletricidade, a Comissão terá que se manifestar sobre o assunto na 77ª reunião ordinária, agendada para 09 de dezembro próximo. Por isso, o Secretário Executivo propôs a criação de um grupo de trabalho que deverá avaliar a viabilidade e os impactos da disponibilização de novo fator de emissão, além daquele já publicado mensalmente na página do MCTI. A proposta foi aceita e a criação de grupo de trabalho formado por representantes do MCTI, MME, MMA e MDIC foi acordada.

14. Situação atual dos projetos brasileiros de MDL.

O Secretário Executivo comentou que dada a quantidade de assuntos que seriam tratados nesta reunião, a Secretaria Executiva decidiu por enviar aos membros, por meio eletrônico, o resumo da situação atual dos projetos de MDL no Brasil, o que foi feito em 09/10/2013.

15. Outros assuntos:

Após as deliberações sobre os assuntos da pauta, o Secretário Executivo agradeceu novamente a cessão da sala de reunião ao representante do MDIC. Em seguida, perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita, e não havendo outras manifestações, a 75ª Reunião Ordinária foi declarada encerrada às 18h30min.